

As Causas do Declínio Demográfico na Europa

O declínio demográfico na Europa é um assunto demasiado grave para ser ignorado.

A causa deste declínio é bastante simples – os europeus não têm crianças em número suficiente. Ponto final. Porém, é evidente que devemos procurar saber quais as razões do declínio dos índices de fertilidade. Estas razões são complexas porque implicam várias decisões de índole privada e, na verdade, as decisões mais íntimas dentre todas. Mas o declínio demográfico é uma tendência geral, quase universal, e comporta sérias consequências públicas que podem parecer um progresso. Todavia, são desastrosas.

A descida dos índices de fertilidade em todo o mundo, e não apenas na Europa, está solidamente comprovada. Muitos assumem que isto é apenas um problema dos países desenvolvidos, mas não é o caso. De acordo com o relatório da Nações Unidas, *Perspectivas da População Mundial – Revisão 2006*, actualmente o índice global de fertilidade é de 2,55 filhos por mulher, cerca de metade do nível em 1950-1955, que era de 5 filhos por mulher. Na verdade, no futuro a grande queda sucederá nos países menos desenvolvidos, onde o índice de fertilidade é de 4,63 filhos e onde se espera que seja de 2,5 filhos em 2050. Não há uma única região no planeta onde os índices de fertilidade esteja a crescer. Mesmo nos países com índices elevados, a tendência é para o declínio.

Mas o problema é mais perturbante na Europa do que em qualquer outro lugar. O seu índice de fertilidade caiu de 2,16, em 1970-1975, um pouco acima da taxa de substituição (2,1), para a previsão de 1,45 em 2005-2010. Várias nações europeias situam-se agora naquele índice reduzido de fertilidade de 1,3, algo sem precedentes históricos e aquilo que é designado pelos demógrafos como o “mínimo dos mínimos da fertilidade”, a partir do qual é quase impossível recuperar. Portugal passou de um índice de fertilidade de 2,75, em 1970-1975, para 1,45 em 2000-2005. Em Espanha o índice desceu de 2,86 para 1,29; em Itália de 2,33 para 1,29; na Polónia de 2,25 para 1,25; e na Irlanda de 3,82 para 1,97. Aquando da fundação da União Europeia pelo Tratado de Roma, em 1957, todos os actuais 27 membros da UE detinham índices superiores a 2,1, hoje em dia nenhum tem.

Devido ao decréscimo dos índices de fertilidade e

aos decréscimos dos índices de mortalidade (devido fundamentalmente à reduzida incidência de mortalidade infantil), a população europeia está a envelhecer de forma rápida e drástica. Dos 10 países com as médias de idades mais elevadas, 9 deles encontram-se na Europa (o Japão lidera a lista). Em 1950, a média de idades em Portugal era de 26,2; em 2005, era de 19,1 e prevê-se que em 2050 seja de 48,8. Em Itália, a média de idades passou de 29, em 1950, para 42 em 2005, e prevê-se um vertiginoso 50,4 em 2050. A média de idades a nível mundial era de 23,9 em 1950; 28 em 2005; e prevê-se que seja de 38,1 em 2050. Portanto, a Europa está a envelhecer significativamente mais do que o resto do mundo.

Os números indicam que as mulheres estão a adiar os nascimentos e a ter menos filhos. Existem muitas explicações possíveis e nenhuma delas é inteiramente satisfatória. Poderá ser a democratização e a difusão de igualdade entre os sexos. Deparando-se com um número crescente de oportunidades educativas e profissionais, o “custo de oportunidade” – do qual as mulheres abdicam quando têm filhos – tem aumentado. Como resultado, as mulheres casam-se e têm filhos mais tarde, o que naturalmente diminui o número de filhos que podem ter. A vida urbana torna mais dispendiosas e menos necessárias as famílias mais numerosas em comparação com a vida rural, onde as relações familiares alargadas são mais comuns. Mas tudo isto não explica o porquê da quebra tão rápida dos índices no espaço de duas gerações.

Por outro lado, dá-se a difusão do controlo artificial de natalidade e do aborto como formas de planeamento familiar. Por exemplo, a Rússia possui um dos índices de fertilidade mais baixos do mundo, e um dos índices mais elevados de aborto; por volta de 70% das gestações russas não chegam ao fim. Ninguém pode afirmar razoavelmente que o acréscimo de controlo de natalidade e de aborto não resultam em menos crianças. A prevenção da concepção e o término da vida humana antes do nascimento terão sempre esse efeito directo. Para piorar as coisas, as Nações Unidas e outras agências para o desenvolvimento têm incitado, em todo o mundo, a estas formas de planeamento familiar, procurando prevenir a temida “explosão de população” que ainda está por acontecer.

Porém, o índice de fertilidade tem vindo a decrescer também em países onde o controlo de natalidade

e o aborto são menos acessíveis de forma imediata: o índice de fertilidade é ligeiramente superior nos países liberais escandinavos do que em países católicos como a Irlanda, Polónia, Portugal e Itália. Isto levou alguns a concluir que os Estados-Providência mais generosos conseguem prestar cuidados infantis mais completos e que isso pode traduzir-se em índices de fertilidade ligeiramente mais elevados, mas estas taxas ainda estão a decrescer e situam-se abaixo do nível de substituição. Por outro lado, os países com mercados laborais inflexíveis, e reduzidas possibilidades de trabalho a tempo parcial e de trabalho em casa, podem explicar as razões pelas quais as mulheres atrasam os nascimentos sempre que são obrigadas a optar entre a carreira e a família.

Em comparação com os Estados Unidos, que manteve um índice de fertilidade estável de 2,1, auxiliado em parte pela imigração, o modelo social europeu pode dificultar efectivamente a constituição de famílias por parte dos jovens. Em Itália não é invulgar encontrar pessoas na casa dos 30 anos a viver com os seus pais, porque, em certa medida, é difícil encontrarem um emprego satisfatório que lhes permita alugar ou comprar casa. Esta distensão da adolescência adia as responsabilidades da vida adulta, incluindo o ter emprego, pagar contas, poupar e investir dinheiro, casar e ter filhos.

Mas será que uma economia em crescimento é suficiente para termos índices de fertilidade no nível das taxas de substituição? Como afirmei, um número crescente de oportunidades de trabalho aumentam o custo de oportunidade das mulheres que optam por ter filhos, e índices elevados de qualidade de vida e expectativas crescentes de prosperidade material podem ser factores que contribuem para baixos índices de fertilidade. Os potenciais pais poderão não querer abdicar dos seus padrões de vida actuais ou sentirem-se inseguros sobre a sua capacidade em sustentar mais do que um filho.

Pode existir inclusive um género de competição entre famílias ou um exagerado sentido de “qualidade” na educação (o pré-escolar, escolas privadas, tutores e universidades, férias de verão, etc.) que leva os casais a ter uma criança “planeada” muito para além dos trinta anos. Essa criança terá todos os cuidados e atenção dos pais sem ter de se sacrificar

ou partilhar algo com os seus irmãos. Embora pareça estar preocupado com o bem-estar da criança, este materialismo não se traduz em famílias mais amplas e provavelmente induz na criança e na sociedade uma certa auto-complacência.

Deste modo, os pais europeus podem estar a optar pela qualidade e não pela quantidade: onde está o problema? Uma resposta passa por afirmar que os índices de fertilidade extremamente reduzidos traduzem-se numa sociedade que não se está a reproduzir; que comete um suicídio demográfico. Além disso, os generosos sistemas de pensões europeus assentam em jovens trabalhadores que sustentam os reformados. Sem um número suficiente de trabalhadores nacionais, a Europa é obrigada a depender da imigração, grande parte dela, por razões históricas e geográficas, será muçulmana o que acabará por alterar o carácter da sociedade europeia. Será difícil imaginar como irão conviver a *sharia* e o feminismo.

Considerar que isto não tem qualquer importância é um disparate.

O que se poderá fazer? Alguns sugeriram que a atribuição de mais incentivos, como benefícios fiscais ou apoios aos cuidados infantis, se traduziria em mais crianças. Talvez isto possa auxiliar em casos pontuais, mas duvido que essas medidas tenham impacto. Também poderá ajudar se houver mais dinamismo no sector económico, especialmente para

as mães. Provavelmente, os governos europeus serão obrigados a instituir determinadas medidas “pró-natalistas.” Contudo, no limite, serão sempre os pais a decidir sobre a dimensão da família, tal como deve ser.

O problema é mais ético-cultural do que propriamente político. Os europeus tendem a ser muito menos optimistas em relação ao futuro do que os americanos, tendem muito menos a participar em serviços religiosos, tendem muito menos a casar e a terem mais do que um filho, muito menos a dar início a um novo negócio. Isto não tem nada de “social”. Poderá não ser evidente a forma como tudo isto se conjuga, mas os europeus terão de o descobrir e de começar a promover o recurso mais importante de todos: o capital humano. Para começar, podem confiar menos na providência estatal vitalícia, tendo em vista o sustento da família.

*INSTITUTO ACTON, ROMA



Kishore Jayabalan